

ATA N.º 45/2018

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2018

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- 2.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 3.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística: -----

-----1) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar, garagem, piscina e muros de vedação, para o prédio sito na Rua do Bonfim, em Ferrel, apresentado em nome de Wellcet Decor, S.A. – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----2) Pedido de licenciamento para construção de armazém e garagem, para o prédio sito na Rua dos Moinhos, em São Bernardino, apresentado em nome de Maria José Barbosa de Menezes Pimentel – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----3) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar, garagem e muros, para o prédio sito na Rua Ilha da Madeira, Lote 2, em Peniche, apresentado em nome de Mafrivedras Construção Civil, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----4) Pedido de licenciamento para legalização de anexo e muro, para o prédio sito no Caminho da Fonte da Nora, em Peniche, apresentado em nome de José Maria Couto Franco – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----5) Pedido de licenciamento para demolição de ruínas existentes e construção de garagem/arrecadação, para o prédio sito na Rua do Rossio, na Serra D’El Rei, apresentado em nome de António Filipe Monteiro Victoria – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----6) Pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 55/18, para o prédio sito na Rua Pedro António Monteiro com a Rua António Cervantes, em Peniche, apresentado em nome de Sousa Madeira & Irmãos, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- Divisão de Obras Municipais: -----

-----7) Sinalização rodoviária para reserva de lugar de estacionamento de veículo pesado com reboque, pertencente à Escola de Condução Nova de Peniche, na Rua José Cândido Azevedo Melo, em Peniche – Pelouro do Trânsito;-----

-----8) Alteração de sinalização vertical na Rua Padre Faria Lopes, na Atouguia da Baleia – Pelouro do Trânsito; -----

-----9) Homologação de auto de vistoria para efeitos de liberação parcial da caução prestada para a empreitada de “Construção de estruturas de madeira para proteção costeira no concelho de Peniche”, executada pela empresa Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A. – Pelouro das Obras Municipais;-----

----- Protocolos: -----

-----10) Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Cercipeniche - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL, para a realização de Formação Prática em Contexto de Trabalho, do Curso de Operador de Acabamentos de Madeira e

- Mobiliário – Pelouro da Administração Geral; -----
- 11) Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Direção Geral do Património Cultural, para transferência de acervo arqueológico do concelho de Peniche – Pelouro da Cultura;-----
- Eventos de iniciativa municipal:-----
- 12) Exposição dos trabalhos do ano letivo 2017/2018, da disciplina de Conservação e Restauro da Universidade Sénior de Peniche, no Centro Interpretativo de Atougua da Baleia – Pelouro da Cultura;-----
- Equipamentos municipais:-----
- 13) Equipamento de Albino de Jesus Lourenço, declarado perdido a favor do Município – Pelouro do Parque de Campismo;-----
- 14) Equipamento de Marisa Sofia de Sousa Pinto, declarado perdido a favor do Município – Pelouro do Parque de Campismo;-----
- Documentos previsionais:-----
- 15) Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----
- 16) Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----
- 17) Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----
- 18) Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----
- 19) Documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----
- 20) Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----
- Cumprimento do preceituado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:-----
- 21) Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano, referente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Pelouro das Finanças;-----
- Fixação de preços e taxas:-----
- 22) Fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de recolha de resíduos sólidos urbanos, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----
- Relacionamento Institucional:-----
- 23) Adesão do Município de Peniche às comemorações do Dia Mundial da Prematuridade 2018 – Pelouro da Solidariedade Social;-----
- 24) Agradecimento pelo apoio prestado, no âmbito da realização da iniciativa Um Dia Pela Vida! Olá Peniche 2018, apresentado pela Delegação de Peniche da Liga Portuguesa Contra O Cancro – Pelouro da Administração Geral;-----
- Licenciamento de atividades diversas:-----
- 25) Licenciamento de festa religiosa com procissão, em honra de Santo Estêvão, e arraial ao ar livre, no Baleal, requerido pela Freguesia de Ferrel – Pelouro da Administração Geral;-----
- Apoios diversos:-----
- 26) Atribuição de apoio à Academia de Música Estrela do Mar de Peniche, no âmbito de uma candidatura submetida para a tipologia de apoio à atividade pontual, para organização de uma visita de estudo a Milão - Pelouro do Associativismo;-----
- 27) Atribuição de apoio ao atleta Tomás Santos Silvestre Nobre Coelho, para

participação no Campeonato do Mundo de Badminton – Sub 19, no Canadá – Pelouro do Desporto;-----

-----28) Apoio financeiro dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche – Pelouro das Finanças; -----

-----Diversos:-----

-----29) Processo de instalação do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade – Fortaleza de Peniche – Pelouro da Cultura; -----

-----30) Energias renováveis – Berlenga – EDP – Energias de Portugal;-----

-----31) Nomeação do Vice-Presidente da Câmara.-----

----- 4.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e cinco minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

Estiveram presentes os senhores: Josselène Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, e Patrícia Silvestre, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, Rodrigo Lopes e Etelvina Alves, Técnicos Superiores de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos um a seis da ordem do dia.-----

ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

Foi presente a ata n.º 38/2018, da reunião camarária realizada no passado dia 17 de setembro de 2018, mas não foi submetida a votação. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou da presença da EDP, na reunião de câmara, para apresentação do projeto de substituição do sistema de fornecimento de energia elétrica à ilha da Berlenga. -----

- Relembrou que, na quarta-feira seguinte haveria uma reunião extraordinária com início às 10 horas, e que tinha a ver, essencialmente, com as questões do PDM. -----

- Deu nota que, em novembro, iria entrar ao serviço um Engenheiro Florestal que, inicialmente, estará a meio tempo, e a partir de janeiro a tempo inteiro. -----

- Agradeceu o trabalho que a Divisão de Administração e Finanças fez relativamente às horas extraordinárias, que considera estar muito esclarecedor.-----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- Deu nota de que na passada sexta-feira, houve reunião do Conselho Municipal da Juventude, em que um dos principais temas em análise foi a Semana da Juventude, incluindo as alterações que poderiam ser efetuadas. -----

-Felicitou a atividade de promoção da identidade cultural, realizada no fim-de-semana, em Geraldês, organizada, conjuntamente, pela Associação Patrimonium e o Atlético Clube de Geraldês.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Apresentou votos de uma boa semana e fez um registo relativamente ao Pinhal Municipal do Vale Manso, vulgo Pinhal de Ferrel, dizendo encontrar-se num estado que adjetivou de deplorável, ao nível da limpeza, da degradação dos equipamentos existentes no parque de merendas, etc. Disse que, apesar da contratação de um Engenheiro Florestal, os problemas da limpeza e de degradação do parque de merendas não será resolvido sem a intervenção, o mais rapidamente possível, dos serviços competentes. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a Freguesia de Ferrel seria informada, nesse sentido, uma vez que, é da competência da Freguesia de Ferrel, a limpeza daquele espaço. Disse que a gestão do Pinhal Municipal encontra-se, hoje, nos mesmos moldes de há muitos anos, e por isso a contratação de um Engenheiro Florestal, a constituição de uma equipa de sapadores e a aquisição de materiais inexistentes, que fazem falta para que sejam criadas as condições que, atualmente não existem para intervir. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Associou-se às felicitações, felicitou a tomada de posse, como Vice-Presidente da Câmara, do senhor Vereador Mark Ministro e o trabalho efetuado, como Vice-Presidente da Câmara da senhora Vereadora Ana Rita Petinga. Disse ao senhor Presidente da Câmara que não sabia se esta seria uma boa solução, pelo menos num período tão curto, uma vez que são criados vínculos, entre quem exerce essa função e o exterior, que poderão ser colocados em causa. Desejou que o senhor Vereador Mark Ministro faça um excelente trabalho como Vice-Presidente da Câmara Municipal. O senhor **Presidente da Câmara** disse ter medido as consequências desta opção e recordou que esta situação já estava prevista no início do seu mandato. Esclareceu que o objetivo desta substituição é criar oportunidades a pessoas mais jovens, no sentido de haver uma aprendizagem e criação de alternativas, em termos do poder local, que considera uma mais-valia. Reiterou o facto de ser uma experiência que anunciou com um ano de antecedência. -----

- Deu nota de continuarem a chegar-lhe muitas preocupações relativamente ao funcionamento do hospital, incluindo falta de pessoal no serviço de urgências, encaminhamentos diretos para o hospital das Caldas da Rainha, etc. Disse saber que a situação está a ser acompanhada, todavia, julga necessário que se tome uma atitude mais firme, para que estas situações não aconteçam. O senhor **Presidente da Câmara** comungou das preocupações do senhor Vereador Rogério Cação, deu nota de ter uma reunião agendada, no sentido de melhor se informar sobre este assunto, para posteriormente, reunir com o Conselho de Administração, por forma a tomar-se as medidas que se impõem. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Comungou da intervenção do senhor Vereador Rogério Cação, relativamente à designação do senhor Vereador Mark Ministro como Vice-Presidente da Câmara Municipal, justificando que a democracia faz escolhas e por isso, quando se efetuam listas, os diferentes membros ocupam diferentes lugares. Disse ter algumas reservas com este tipo de procedimentos, porque se estabelecem relações internas e externas que ficam desorientadas com estas substituições, o que considera não ser benéfico. Fez votos de muito sucesso nas novas funções, a desempenhar pelo senhor Vereador Mark Ministro, a partir do dia 1 de novembro. O senhor **Presidente da Câmara** disse ter registado as preocupações de cada um relativamente a este assunto. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal: -----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar, garagem, piscina e muros de vedação, para o prédio sito na Rua do Bonfim, em Ferrel, apresentado em nome de Wellcet Decor, S.A. – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1328/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar, garagem, piscina e muros de vedação, para o prédio sito na Rua do Bonfim, localidade de Ferrel, apresentado em nome de Wellcet Decor, S.A., no dia 2017/09/22, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 2018/10/20.» A senhora Vereadora Cristina Leitão não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.946 DPGU 165/17) -----

2) Pedido de licenciamento para construção de armazém e garagem, para o prédio sito na Rua dos Moinhos, em São Bernardino, apresentado em nome de Maria José Barbosa de Menezes Pimentel – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1329/2018: Deliberado proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido de licenciamento para construção de armazém e garagem, para o prédio sito na Rua dos Moinhos, em São Bernardino, apresentado em nome de Maria José Barbosa de Menezes Pimentel, em 7 de maio de 2018, pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 22 de outubro de 2018, nomeadamente porque a proposta apresenta uma opção formal e funcional que não se integra na envolvente, e porque o referido inconveniente está relacionado com a estética das povoações e a sua adequada inserção no ambiente urbano, previsto no n.º 4 do artigo 24.º do RJUE, na sua atual redação. (DPGU 104/18)

3) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar, garagem e muros, para o prédio sito na Rua Ilha da Madeira, Lote 2, em Peniche, apresentado em nome de Mafrivedras Construção Civil, L.da – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1330/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar, garagem e muros, para o prédio sito na Rua Ilha da Madeira, Lote 2, localidade de Peniche, apresentado em nome de Mafrivedras Construção Civil, Lda, no dia 2018/06/06, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 2018/10/22.» (Doc.947 DPGU 129/18)-----

4) Pedido de licenciamento para legalização de anexo e muro, para o prédio sito no Caminho da Fonte da Nora, em Peniche, apresentado em nome de José Maria Couto Franco – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1331/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar com condições o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para legalização de anexo e muro, para o prédio sito na Caminho da Fonte da Nora, localidade de Peniche, apresentado em nome de José Maria Couto Franco, no dia 2018/06/11, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 2018/10/13.» (Doc.948 DPGU 135/18)-----

5) Pedido de licenciamento para demolição de ruínas existentes e construção de garagem/arrecadação, para o prédio sito na Rua do Rossio, na Serra d'El-Rei, apresentado em nome de António Filipe Monteiro Victoria – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 1332/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para demolição de ruínas existentes e construção de garagem/arrecadação, para o prédio sito na Rua do Rossio, localidade de Serra D'El Rei, apresentado em nome de António Filipe Monteiro Victoria, no dia 2018/06/19, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 2018/10/20.» (Doc.949 DPGU 142/18)-----

6) Pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 55/18, para o prédio sito na Rua Pedro António Monteiro com a Rua António Cervantes, em Peniche, apresentado em nome de Sousa Madeira & Irmãos, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 1333/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da Lic.ª 55/18, para o prédio sito na Rua Pedro António Monteiro com a Rua António Cervantes, localidade de Peniche, apresentado em nome de Sousa Madeira & Irmãos, Lda., no dia 2018/08/03, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 2018/10/24.» (Doc.950 DPGU 180/18) -

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

7) Sinalização rodoviária para reserva de lugar de estacionamento de veículo pesado com reboque, pertencente à Escola de Condução Nova de Peniche, na Rua José Cândido Azevedo Melo, em Peniche – Pelouro do Trânsito: -----

Deliberação n.º 1334/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do previsto no n.º 1 e 2 do artigo 6º do decreto-lei 44/2005, de 23 de Fevereiro e de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua atual redação, e considerando a informação da Divisão de Obras Municipais, de 14 de setembro de 2018, propõe-se apreciação e homologação da sinalização rodoviária, de reserva de lugar de estacionamento de veículo pesado com reboque da Escola de Condução de Peniche na Rua José Cândido Azevedo Melo, em Peniche e, respetiva autorização das obras a realizar pelos serviços municipais.» (Doc.951 NIPG 1529/17)-----

8) Alteração de sinalização vertical na Rua Padre Faria Lopes, na Atouguia da Baleia – Pelouro do Trânsito:-----

Deliberação n.º 1335/2018: Por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado retirar da ordem do dia a proposta de alteração de sinalização vertical na Rua Padre Faria Lopes, na Atouguia da Baleia, e voltar a apreciar numa próxima reunião ordinária da Câmara Municipal. (NIPG 17174/17)-----

9) Homologação de auto de vistoria para efeitos de liberação parcial da caução prestada para a empreitada de “Construção de estruturas de madeira para proteção costeira no concelho de Peniche”, executada pela empresa Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A. – Pelouro das Obras Municipais:-----

Deliberação n.º 1336/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 22 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 5 do artigo 295º do decreto-lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, proponho que a Câmara homologue o auto de vistoria em anexo e autorize a libertação parcial de 15% da caução inicial.» A senhora Vereadora Cristina Leitão não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.952 NIPG 16913/18) -----

PROTÓCOLOS:

10) Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Cercipeniche - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL, para a realização de Formação Prática em Contexto de Trabalho, do Curso de Operador de Acabamentos de Madeira e Mobiliário – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 1337/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 22 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação n.º 23 dos Serviços, de 18 de outubro de 2018, e que não foi possível apresentar à Câmara Municipal, atempadamente a proposta de protocolo a celebrar para efeitos de realização de estágio curricular, proponho, que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratifique o meu despacho de 22 de outubro de 2018 que, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo anexo da mesma lei, autorizou a realização de estágio curricular nos termos do protocolo celebrado com Cercipeniche - CREAP, que se anexa, e que tem por objeto a realização de um estágio curricular no âmbito do Curso de Operador de Acabamentos de Madeira e Mobiliário.» A senhora Vereadora Cristina Leitão e o senhor Vereador Rogério Cação não estiveram presentes na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.953 NIPG 16849/18)-----

11) Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Direção Geral do Património Cultural, para transferência de acervo arqueológico do concelho de Peniche – Pelouro da Cultura:-----

Deliberação n.º 1338/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da DAF – Cultura n.º 75/2018, de 23 de outubro, proponho que a Câmara Municipal aprove os termos de protocolo a firmar com a Direção-Geral de Património Cultural versando a transferência de acervo arqueológico resultante de trabalhos arqueológicos decorridos no território do concelho de Peniche, na posse desta entidade, para o Município de

Peniche.» (Doc.954 NIPG 16940/18)-----

EVENTOS DE INICIATIVA MUNICIPAL:

12) *Exposição dos trabalhos do ano letivo 2017/2018, da disciplina de Conservação e Restauro da Universidade Sénior de Peniche, no Centro Interpretativo de Atougua da Baleia – Pelouro da Cultura:* -----

Deliberação n.º 1339/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da DAF – Cultura n.º 71/2018, de 18 de outubro, no uso da competência na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal tome conhecimento da Exposição dos trabalhos da disciplina de Conservação e Restauro da Universidade Sénior de Peniche do ano letivo 2017/2018 no Centro Interpretativo de Atougua da Baleia.» (Doc.955 NIPG 16859/18)-----

EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS:

13) *Equipamento de Albino de Jesus Lourenço, declarado perdido a favor do Município – Pelouro do Parque de Campismo:*-----

Deliberação n.º 1340/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do serviço do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche, datada de 16 de outubro de 2018, que se anexa, relativo à admissão 21706 do Sr. Albino de Jesus Lourenço, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida no artigo 46.º do Regulamento do Parque Municipal de Campismo de Peniche, delibere que o equipamento seja declarado perdido a favor desta, devendo os serviços municipais dar-lhe o destino considerado conveniente, e defina a instauração da competente ação executiva para ressarcimento do valor em dívida.» (Doc.956 NIPG 13328/18)-----

14) *Equipamento de Marisa Sofia de Sousa Pinto, declarado perdido a favor do Município – Pelouro do Parque de Campismo:*-----

Deliberação n.º 1341/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do serviço do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche, datada de 17 de outubro de 2018, que se anexa, relativo à admissão 47749 da Sr.ª Marisa Sofia de Sousa Pinto, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida no artigo 46.º do Regulamento do Parque Municipal de Campismo de Peniche, delibere que o equipamento seja declarado perdido a favor desta, devendo os serviços municipais dar-lhe o destino considerado conveniente, e defina a instauração da competente ação executiva para ressarcimento do valor em dívida.» (Doc.957 NIPG 765/17)-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

15) *Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças:* -----

Deliberação n.º 1342/2018: Após apreciação do assunto, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado proceder à votação das Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019, na reunião extraordinária a realizar no dia 31 de outubro de 2018. O senhor **Presidente da Câmara** começou por agradecer a todos os que estiveram envolvidos na elaboração dos documentos, referiu que foi efetuado um esforço, no sentido de apresentar aquilo que é o entendimento da sua equipa, relativamente à gestão municipal e desenvolvimento económico e social do concelho. Fez uma breve descrição dos compromissos que pretendem assumir. O senhor Vereador **Filipe Sales** disse e sublinhou, por diversas vezes, que as Grandes Opções do Plano não podem ser um documento académico, onde se tem oportunidade de falar sobre tudo, ainda que não se perspetive o que se vai fazer. Citou a lei dizendo, *“nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem as atividades mais relevantes da gestão autárquica”*, para tentar mostrar que possui uma visão muito clara, daquilo que devem ser as Grandes Opções. Disse que no documento para 2019, foram duplicados os caracteres, o volume de texto, e nem por isso considera que o documento tivesse sido tornado mais prático e com o que verdadeiramente importa, que são as atividades relevantes que se perspetivam executar, no próximo ano. Disse entender que este deve ser um documento acessível e que se deve caminhar, cada vez mais, para a sua democratização. Saliu o número de vezes que, repetidamente, o substantivo feminino avaliação e o verbo transitivo avaliar, são referidos ao longo do documento. Referiu que as Grandes Opções do Plano devem ter linhas muito claras de ação, e deve responder, muito claramente, às questões, como e quando, ou seja, quando e como vai ser feito. Deu exemplo da referência ao acampamento da comunidade de etnia cigana, recordando que, na altura da candidatura, não iria fazer de conta e que, citou: *“Durante décadas assistimos a uma falta de vontade e de coragem para encarar com determinação um grave problema que se arrasta no centro da cidade. Já referimos que consideramos a resolução deste problema como um assunto prioritário da administração concelhia que vier a tomar posse de outubro próximo.”* Disse que subscrevia aquela visão que, na altura, era tida, enquanto candidato, e que agora, Presidente, tinha a oportunidade de o encarar como um assunto prioritário, mas o que está nas Grandes Opções do Plano, não corresponde propriamente à inquietação lançada na base de candidatura, porque refere o seguinte: *“O acampamento da comunidade de etnia cigana, é possivelmente o maior desafio que a Câmara Municipal tem para resolver e deverá ser encarado com determinação. Neste mandato, o mais rapidamente possível, pretende-se dar início à avaliação da situação de forma aprofundada, como merece, e estruturar soluções à altura do desafio para as apresentar para deliberação.”* Disse que, um ano volvido, não considerava que aquele assunto continuasse a ser encarado, como era propósito, como um assunto prioritário da Administração Concelhia, lamentando. Deu exemplo de outra dificuldade, em concretizar, que mais parece, um estudo académico: *“Medidas para uma autarquia familiarmente responsável consolidar e reforçar medidas e práticas que sejam amigas da família no quadro das redes das autarquias familiarmente responsáveis. Conferir particular atenção à realidade abrangida pelo universo dos colaboradores do Município. Elaborar-se o levantamento das medidas e práticas adotadas nos quadros das diversas unidades orgânicas do Município, que se enquadram no quadro de referência de observatório das autarquias familiarmente responsáveis. Potenciar uma base informativa de referência com o planeamento, quanto à continuidade, consolidação, reforço de medidas, e/ ou introdução de novas medidas, com vista a assegurar a condições determinantes de uma autarquia familiarmente responsável.”* Disse que o documento deveria ser um documento muito pragmático, com referência clara, às atividades relevantes que se perspetivam. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que o documento deste ano, em relação ao do ano passado, na sua forma melhorou e, também, do ponto de vista da formulação do texto, porque lhe pareceu ter sido feito apenas por uma pessoa e que, na sua opinião, teria que valorizar, ainda assim, os capítulos deveriam estar mais organizados e uniformizados. Disse, ainda, que, na sua opinião, seria importante que a equipa

que fez o documento, prático, fizesse uma segunda e até uma terceira leitura, por ter muita informação dispensável, e com uma segunda leitura poderia ficar apenas o essencial. Disse que encontrou poucas medidas, porque se subtrair, às que são apresentadas e àquilo que seria o funcionamento normal dos serviços da Câmara Municipal, ficariam com quase nada, apesar de perceber que o Município tenha que continuar a desenvolver as atividades normais, que fazem parte da gestão corrente dos serviços, mas fazer disso, uma medida para as Grandes Opções do Plano, parece-lhe um pouco desajustado, porque não se consegue perceber o que se vai fazer em 2019. Referiu que seria muito mais importante ter escritas as medidas para 2019, para saber o que se iria fazer, como se iria fazer, quanto iria custar e que tradução tinha nas verbas. Disse que a maior parte das medidas, que poderia considerar como novas nas GOP, não tinham tradução em termos de verba no documento do orçamento. Deu exemplo de algumas questões que levantou a si própria e citou: *“O espaço Net e o Gabinete de Inserção Profissional, a funcionarem junto da Escola D. Luís de Ataíde, há muito que se encontra desajustado às necessidades.”*, desconhecendo quais seriam as necessidades, quais os ajustamentos e o que precisava no concreto, *“os viveiros de plantas, da Rua das Estelas, aguardam por uma oportunidade para serem transferidos”*, desconhecendo o que fazia falta para serem transferidos, de que forma o vão fazer, existe orçamento para o fazer, têm projeto ou não, *“a casa mortuária, construída há poucos anos, necessita de uma evidente intervenção e manutenção”*, perguntou se eram problemas estruturais com o edifício, infiltrações, seria um novo uso, desconhecendo, *“O Centro de Recolha Animal aguarda, também, por uma proposta e uma decisão, de se adquirirem armazéns para se equacionarem melhores soluções”*, disse que, quando leu ficou perplexa, porque depois do que aconteceu com a aprovação do projeto, em que o senhor Presidente da Câmara queria que o canil fosse naquele local, e neste momento iriam procurar armazéns porque já não se sabia se iria ser no local inicial, ficou chocada, mas que estava recetiva para conversarem sobre o assunto, mas teria que ser mais do que estava escrito. Em relação à comunicação, disse que o documento referia que iria primar pela transparência, com maior direito à informação, perguntou como. O documento referia que, *“atualizar a plataforma digital, a página institucional do Município, promovendo o aperfeiçoamento tecnológico, melhorando a imagem, tornando mais simples, acessível, transparente”*, disse que concordava, mas perguntou porque é que tinha sido retirado da página do Município, a informação relativamente aos membros da Câmara, nomeadamente os vencimentos, as ajudas de custo, quem eram os seus assessores e os seus adjuntos, o que faziam e quais eram os seus currículos, informação que deveria estar no site. Disse, ainda, que não existiam medidas relativamente ao mar, à pesca e à agricultura, de que forma fariam a valorização dos produtos. Referiu que descrever a situação atual do projeto Smartocean não fazia muito sentido. Em relação ao autocaravanismo, disse que ficou curiosa. Citou: *“O atual regulamente carece de uma revisão que permita a sua melhor aplicabilidade e será necessário providenciar melhores condições e alternativas para a estadia.”* E disse que era certo, mas se não aplicassem o que já existe como iriam pensar em aplicar outro que ainda não existe e de que forma iriam encontrar melhores condições e alternativas para a estadia, não conseguiu encontrar, tendo encontrado uma referência no parque de Campismo, que dizia que iriam criar melhores condições para as autocaravanas, era uma medida que podia, efetivamente, tratar de criar melhores condições e alternativas, mas seria a única que queriam adotar. Relativamente à feira mensal, disse que, em 2017, foi definido alterar o regulamento, e o documento refere que estava definido um estudo para alterar o regulamento, mas referia: *“potenciar o aumento do número de feirantes”*, e perguntou para onde seria, porque, na sua opinião, o espaço estava totalmente ocupado, pelo que seria importante clarificar. Disse que o documento fazia referência ao comércio local e gostaria de verificar, no mesmo, medidas concretas de apoio ao comércio local, que passaria por dinamizar a revitalização daquele setor, e perguntou como e quais as medidas e, também, sobre a relação com as empresas, perguntou se faria sentido criar uma Comissão Empresarial Municipal, uma vez que existe o Move Peniche.

Deu nota que, relativamente ao turismo, o documento referia “*importa referir a insuficiente capacidade hoteleira*”, pelo que gostaria de saber como chegaram àquela conclusão, porque foi consultar os dados do Instituto Nacional de Estatística e não conseguiu chegar àquela conclusão. Ainda na categoria do turismo, leu: “*Procurar influenciar a regulamentação do turismo do surf, nomeadamente as Escolas de Surf*”, e disse que achava que não teriam que influenciar, mas sim determinar uma regulamentação municipal. Fez referência a um parágrafo, sobre os Territórios com História, extenso e repetitivo, sugerindo que fosse mais sucinto. Disse que não fazia sentido referir, nas Grandes Opções do Plano, que o Google e o Google Adwords são motores de busca muito utilizados no mundo e que o Facebook é a rede social mais utilizada no mundo, porque todos sabiam, mas poderiam condensar numa informação que interessasse, referindo o que iriam fazer, de que forma e o custo. Relativamente a eventos, disse que a informação necessitava de ser concretizada, em relação ao que se propunha fazer e qual a ideia que tinham. Em relação ao Parque de Campismo Municipal, refere que iriam instalar Bungalows em 2019, pelo que gostaria de conhecer melhor aquele plano, para saber se o orçamento seria compatível para todas as medidas que o documento indica. Disse que, em relação ao Planeamento e Urbanismo, o Plano Diretor Municipal, na sua opinião, merecia mais do que o documento refere. Disse, ainda, que existem algumas medidas, tais como, concluir o ordenamento da Rua Principal, lamentando o facto de a Câmara Municipal não conhecer o projeto, nem se ter pronunciado sobre o mesmo. Relativamente às unidades de execução, leu: “*desenvolver as unidades de execução que se considerem adequadas*”, e disse que teriam que ser referidas quais seriam as que iriam desenvolver em 2019, porque algumas poderiam ser em 2020 ou em 2021. Disse que não havia nenhuma referência à área de reabilitação urbana, de Atouguia da Baleia, que foi um compromisso assumido pelo senhor Presidente da Câmara, para ter sido feito em 2018. Perguntou qual seria o objetivo de efetuar um levantamento topográfico para toda a área da Papôa e do Quebrado. Disse que o documento referia, também, um plano rodoviário, para melhorar, significativamente, a mobilidade do concelho, perguntou com que verba, quanto iria custar, quando e quem o iria fazer, bem como, um plano local de promoção da acessibilidade, referindo que o iriam visitar, perguntando o que era aquilo. Disse, ainda, que estava definido um plano de regeneração urbana, direcionado a dinamizar a intervenção de reabilitação de edifícios, acompanhado de um regulamento, de medidas e de incentivos, e perguntou se aquilo não seria a ARU e a ORU. Em relação aos temas da ação social, disse que lhe parecia um relatório do normal funcionamento daqueles serviços. Relativamente ao banco de voluntariado, disse que ficou com dúvidas quando leu que pretendia ser, logo não era, porque aquilo foi aprovado no anterior mandato, julgando que já tivesse acontecido em 2018, pretendendo saber quantos voluntários tiveram em 2018, quantas instituições estiveram envolvidas e quantas horas de voluntariado conseguiram. Em relação ao equipamento de acolhimento noturno, disse que achava bem aquele serviço existir, porque não existe, mas será a Câmara Municipal a criá-lo. Relativamente à cultura, o documento refere: “*desenvolver a produção de quatro pinturas morais antecedendo a instalação do Centro Cívico Intergeracional*”, perguntou o que era. Perguntou, relativamente ao património cultural, quais eram os planos de salvaguarda dos centros históricos que iriam criar, qual o custo e de que forma o iriam fazer. Fez referência: “*mapear o património arqueológico e arquitetónico, com a respetiva identificação*”, e perguntou se aquilo não estava feito no PDM e, também, “*continuar a dinamizar e requalificar o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia*”, perguntou o que significava requalificar. Disse que achava muito bem a criação de um espaço para privilegiar o contacto entre os artesãos e a comunidade, chamada a “Casa do Artesão” ou o “Ninho de Empresas”, mas no orçamento não referia qualquer verba para aquela rubrica. Disse que a única referência feita, a um parque infantil, era o que iriam colocar na Escola Básica Integrada 123 do Agrupamento de Escolas de Peniche. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que o documento estava bem construído e claro, e do ponto de vista, quer semântico, quer morfológico, estava perfeito. Disse que, na sua opinião, o documento não necessita ser tão

exaustivo e pormenorizado. Disse ter lido com atenção o documento que tem informações muito importantes, mas concordava com o que foi dito, que, eventualmente, teria informação acessória, no que devia ser o grande debate político, porque, na sua opinião, o documento das Grandes Opções do Plano, deveria centrar-se no que era fundamental, para o desenvolvimento, quer do território, quer das pessoas, enquanto qualidade de vida e bem-estar. Disse que o plano não trazia grandes ruturas, relativamente aos planos anteriores, acabando por ser mais um documento político de intenções, mas por ser tão vasto, acaba por ter uma leitura complexa. Saudou a intenção de se fazer um grande investimento nos Serviços de Higiene e Limpeza que era absolutamente fundamental, saudou o objetivo de desmaterialização de processos, traduzido no recurso à informática, e aos meios de comunicação digital e saudou, também, a ideia de se investir, mais, na comunicação, esperando que o investimento na comunicação, seja entendido num quadro de proximidade com os munícipes, e não no quadro da mera propaganda política. Disse que havia questões que lhe suscitaram algumas dúvidas e, na sua opinião, existe um conjunto de projetos estruturantes, que deviam merecer mais aprofundamento, entre eles o Smartocean, o Museu da Liberdade e o Esporão Perpendicular. Referiu que lhe surgiram dúvidas na leitura do documento, porque defende a existência de dois pavilhões multiusos, um que seria de iniciativa privada dos Bombeiros, e outro que seria necessário construir no centro da cidade, questionando onde se iria buscar o financiamento. Disse que o documento fazia referência ao Desenvolvimento Estratégico Peniche 2030, mas apenas fazia sentido estar nas Grandes Opções do Plano se todos a conhecessem, para saber se fazia sentido, desconhecendo o que decorreria daquela estratégia, por não estar sequer elaborada. Em relação às residências partilhadas, disse que para além da questão prática, que tinha que ver com o haver ou não condições físicas para haver residências partilhadas, a sua questão era cultural, porque do ponto de vista das famílias, que poderiam não estar disponíveis para partilhar, a não ser que houvessem vínculos pré-determinados, não sabia se os processos de partilha seriam fáceis, apesar de achar uma ideia generosa, mas que teria de ser pensada de uma forma mais aprofundada. Relativamente à questão do Lar de Noite, disse que esperava que a Câmara Municipal não estivesse a pensar criar uma estrutura nesse sentido, porque, na sua opinião, quanto menos serviços a Câmara tiver, desse ponto de vista, podendo delegar a entidades existentes na comunidade, melhor, mas a existência de um centro de acolhimento noturno, pode fazer sentido, mas existem entidades que podem prestar esse serviço, mediante a protocolização com a Autarquia. Relativamente à Comissão Municipal Empresarial, disse que não valia a pena criar aquilo que já existia, por já existir uma resposta na comunidade para a mobilização dos empresários e que podia ser assumido pelas estruturas que já existem. Relativamente à transferência de competências, disse que se poderia ter ido mais longe, naquilo que é uma posição política, relativamente à área. Disse que era referido no documento que se via, como possibilidade, a transferência na área da Educação, da habitação social e da Gestão Portuária, mas, na sua opinião, teria aprofundado mais, para se poder dizer com muita clareza, aquilo que foi a essência da deliberação da Câmara Municipal, que foi no sentido de dizer não, claramente a qualquer processo de transferência de competências, enquanto não se souber exatamente em que condições iria acontecer. Saudou o que considera que são abordagens fundamentais, nomeadamente na área da Saúde, a preocupação com a abordagem à doença mental. Disse que o investimento que estava previsto, de 25 milhões de euros, talvez seja um pouco irrealista, porque implicaria que, em 2019, se completassem todas as obras que estão previstas, achando ser um valor, tendo em conta as transferências que são espectáveis, que provavelmente será difícil de cumprir. Disse que o preocupava o aumento de 13,7% nas despesas com pessoal, para 2019. Disse que, num futuro próximo, se teria que pensar num documento, que do ponto de vista de quem o faz, seja mais fácil elaborar e que seja mais fácil de analisar e decidir, porque se centra nas grandes questões e nas grandes opções, que se têm de tomar, do ponto de vista do desenvolvimento económico, social e territorial. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que era um documento

demasiado extenso, que tinha a dificuldade de cumprir a sua missão, como um documento orientador e estratégico para um ano de atividade municipal 2019, e a extensão que lhe é dada, do ponto de vista da escrita, ou seja, aquele documento ultrapassa, seguramente, 2019. Disse que, do ponto de vista das intenções, muitas delas ficariam, ainda, por resolver depois de 2021, e outras não estão devidamente objetivadas para a sua execução imediata. Disse que a sua leitura seria que, em 2021, muitas das medidas e das intenções que estão no documento, estarão, ainda, por concretizar, o que os coloca numa situação complicada, porque as medidas têm um alcance temporal, de médio e longo prazo, e depois aquilo que seria o concreto das medidas, para 2019, há pouca objetividade e muita teoria. Disse que tinha algumas dúvidas, e leu: *“Concluir o diagnóstico das necessidades de formação.”*, que significa que durante um ano não foi suficiente, o tempo, para saber quais eram as formações necessárias para o pessoal. *“Reorganizar os serviços municipais, com base na elaboração do novo organograma.”*, mas não existe objetividade, *“Proceder à contratação de recursos humanos, que se consideram imprescindíveis, para dar resposta às necessidades e colmatar-se insuficiências.”*, mas qual seria o levantamento das necessidades, de recursos humanos, naquele sentido e, tal como o senhor Vereador Rogério Cação referiu, o valor no orçamento, para pessoal, aumentava 13,70%, pelo que seria natural que houvesse alguma aferição das necessidades de pessoal para que aquela questão fosse mais objetiva. Referiu que nas despesas e receitas municipais dizia: *“Prevendo que nos primeiros meses do ano, estarão ultrapassados os principais constrangimentos, que impedem a organização municipal de funcionar em pleno e considerando que vários dossiers da gestão municipal vão ficando resolvidos”*, e perguntou o que aquilo dizia de concreto, afirmando que nada dizia que era tudo vago, sem rigor, sem objetividade, e mais à frente dizia: *“O maior rigor e a maior poupança são objetivos que não foram esquecidos”*, não se definindo nenhuma medida para aquele maior rigor e poupança, apenas seria um objetivo, mas sem definição e medidas. Continuou a ler: *“assim que estivermos libertos de um conjunto de dossiers complexos, ou em fase de resolução, pretendemos intervir na avaliação e na procura de soluções para outros equipamentos de propriedade municipal, cujas situações de contratualização estão por resolver”* e perguntou o que aquilo queria dizer, reafirmando que era tudo vago e sem objetividade. Disse que percebia que o contexto em que foi escrito, dependia muito daquilo que era a estrutura da Câmara e da capacidade, do ponto de vista da retaguarda, que conseguia dar ao documento e, daí, no ano passado terem chegado à conclusão que o documento estava muito bem escrito em determinadas áreas e não tão bem noutras áreas. Disse que o texto referia: *“No entanto, atendendo à circunstância de estarmos em final de mais um quadro comunitário de apoio e os níveis de execução financeira na generalidade serem ainda muito baixos, manda o bom senso e a experiencia que estamos preparados com projetos e propostas para podermos apresentar à administração central, caso surjam oportunidade para o efeito”*, concordando a cem por cento. Relativamente ao comércio, disse que a senhora Vereadora Cristina Leitão já tinha referido e, na sua opinião, estava muito pobre. Disse, ainda, que existiam algumas situações que importava discutir, a questão da Zona Industrial do Vale do Grou, e perguntou qual era o ponto da situação, relativamente ao plano de urbanização, como se iria avançar e quem iria construir as infraestruturas. Disse que já tinha sido ali referido, que o autocaravanismo iria ter uma atenção, em 2019, que passará pela regulamentação que, provavelmente, teria sido evitável, que 2018 tivesse sido como foi, se a questão da resolução do autocaravanismo fosse aquela. Disse que, a questão do Mercado Municipal, para 2019, *“pretendemos desenvolver o projeto que perspectiva mudança ambicionada, tendo em consideração as alterações reivindicadas para o edifício e a área envolvente”*, tinha a sensação que nunca foi discutido na Câmara Municipal o que era ambicionado, como projeto, para o Mercado Municipal. Disse que, talvez fosse positivo, quem tem os Pelouros na Câmara Municipal, apresentar a sua visão, relativamente a cada um dos setores e aquilo que era mais prioritário do ponto de vista da sua esfera de atuação. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, na sua opinião,

algumas das críticas e observações que foram, feitas, são justas e deveriam ser melhoradas. Disse que o documento foi feito por várias pessoas, e os senhores Vereadores tiveram a participação que entenderam dar na elaboração do documento, como, também, os técnicos o fizeram, e outros membros da sua equipa. Agradeceu a todos, mesmo a quem não está de acordo com o documento, que é sempre uma exigência para todos, independentemente das posições de cada um. Lembrou que o documento do ano passado, foi construído dentro de determinadas circunstâncias, tinha alguns objetivos muito claros, face às críticas que ouviram, refletiram e entenderam fazer um documento diferente, que se pretendia que fosse melhor, mas, na sua opinião, o documento estava bom. Admitiu que havia algumas partes repetidas, mas arriscava-se a dizer, que aquele documento iria passar a ser um documento de referência de futuro, mesmo sabendo que haviam assuntos que podiam ser melhor explicados e que se podia objetivar algumas das áreas. Admitiu que se tinha de fazer alguma síntese do que cada um fazia, objetivando. Referiu que uma das ilações que tirava, em relação a 2020, é que se podia cortar muitas partes do documento. Disse que, muitas das medidas que estão no documento, são para 2019, algumas delas eram recorrentes, outras não as poderiam pensar a um ano, teria, que ser pensadas para três anos, mesmo que hajam áreas que gostassem muito de trabalhar em 2018, áreas que gostavam de trabalhar em 2019, mas que dependem de um conjunto de fatores. Disse que o senhor Vereador Filipe Sales referiu, e bem, que na sua opinião era uma preocupação dos sete e da população em geral, a questão do acampamento dos ciganos. Disse, ainda, que logo que tenham a oportunidade de começar a trabalhar aquele tema, irão fazê-lo, mas estava dependente do PDM e das decisões que queiram tomar. Disse que o documento procurava informar e de objetivar, mas talvez se devesse reduzir o esclarecimento. Referiu que, na sua opinião, o documento tem muitas medidas. Relativamente ao Espaço Internet, disse que se deveria pensar o que se iria fazer. Deu conta de alguns constrangimentos, nomeadamente, o facto da responsável pelo Espaço Internet ter estado de licença de maternidade, e por isso, ficou alguns meses sem trabalhar e será com ela que pretendem discutir o que fazer, mas olhando para o espaço, já não deveria existir, ou pelo menos daquela forma. Viveiros, disse que já tinha sido explicado, e já foi presente, em reunião de Câmara, um projeto, que foi aprovado, da mudança das instalações de apoio aos serviços de jardins, no Parque do Baluarte, para junto do Cemitério e os viveiros, na Rua das Estelas, também iram para lá. Casa Mortuária, disse que bastava olhar para edifício, que apesar de ter pouco tempo, está muito degradado e, depois pensar o que se pretende fazer com o edifício, porque existe uma questão, recorrente, que tem sido colocada pelo Presidente da Assembleia Municipal, sobre o desacerto que houve entre o Município e a Igreja, tem de ser vista e analisada. Disse, ainda, que o edifício tinha que ser protegido, como muitos outros edifícios do Município. Disse que teriam que definir o que querem do edifício, e não poderiam ignorar que a situação que foi criada, tinha muito a ver com a falta de sensibilidade que houve, em relação à construção do equipamento, nomeadamente, em termos de área. Relativamente ao CROA e à questão dos armazéns, disse que já tinha dito que o facto do CROA, ainda não ter sido construído, relacionava-se com o propósito de adquirir armazéns dentro da cidade, que, infelizmente, não estavam legalizados, em termos de propriedades horizontal, e estavam a aguardar para tomarem a outra decisão. Relativamente à comunicação, disse que brevemente iria dar informações, referindo que estava de acordo com o senhor Vereador Rogério Cação, quando disse que as pessoas precisavam de informação. Relativamente a informações dos ajustes diretos e dos concursos públicos, disse que os ajustes diretos seriam um caminho que normalmente se seguia com muita facilidade, não deu nenhuma orientação, eram as circunstâncias, pelas próprias dificuldades dos próprios serviços, que se dependesse de si, ia tudo a concurso e a orçamento, inclusivamente, em alguns serviços, defende que, numa questão mais problemática, houvessem orçamentos de carta fechada, para não haver dúvidas. Em relação aos salários de todos, disse que não deu nenhuma orientação, no sentido de retirar a informação. Sobre o autocaravanismo, disse que estava em aberto, a abertura da revisão do regulamento, mas objetivo

não era o regulamento, que é um meio, o objetivo seria trabalhar, tal como todos têm referido ao longo do ano, para se tentar encontrar soluções, investindo o menos possível do orçamento municipal e o máximo possível das entidades privadas. Setores emergentes, disse que eram todos os que aparecessem, fora dos tradicionais, referindo que iriam continuar a procurar dinamizá-los. Sobre o comércio local, disse que a comissão seria constituída, ou não, com o Move Peniche e, provavelmente, com a Adepe, dependeria do que a Câmara Municipal quisesse, não seria imposta por ninguém, e tal como a senhora Vereadora Cristina Leitão disse, é verdade que existem comissões a mais, mas só seria constituída se houvesse acordo, e se sentissem que seria uma necessidade. Em relação aos feirantes, disse que a informação que tinha, escrita, a feira poderá comportar mais feirantes, aquele espaço poderia ser melhor utilizado, inclusive, existe o propósito de alterar o regulamento. Relativamente aos dados sobre a insuficiência da capacidade hoteleira, disse que os tinham, ao conversar com empresários daquela área, com reuniões que vão tendo, e por isso existe o propósito de construir um hotel, para que haja mais qualidade, envolvendo o Governo para aquela solução, estando já a tentar influenciar nesse sentido. Referiu que existia uma grande necessidade de investimento na Berlenga e no Parque de Campismo, não apenas na saída norte, e Bungalows, disse que estavam a ser analisadas propostas privadas, que pagará à Câmara Municipal por isso, se for possível. Agência Portuguesa do Ambiente, disse que, provavelmente, teriam que assumir mais competências, que são competências deles, porque se os projetos não forem feitos, eles não os irão fazer e alguns deles podem merecer alguns apoios comunitários, mas não existe nenhum projeto, que seja aprovado e que seja executado, sem passar pela Câmara Municipal. Informou que estava a ser trabalhado um projeto para o Cabo Carvoeiro, que já esteve agendado e foi retirado, mas tinha que ver com a competências na área, pelo que terão que trabalhar, primeiro com aquela entidade, para decidirem, porque se o parecer for desfavorável, teriam que encontrar alternativas. Em relação ao que foi dito sobre haver projetos de especialidades, disse que não existem projetos de especialidade, quando estiverem prontos, serão presentes em reunião de Câmara. Referiu que o pretendido era adjudicá-los. Deu conta que estava proposta uma reunião com os técnicos, porque existem diferenças de opinião, por causa das quotas e do saneamento, na Rua Principal, na Bufarda, e só depois disso, quando os vários serviços, nomeadamente os SMAS, se entenderem, partiam para os projetos de especialidade, tal como o projeto da Rua 13 da Infantaria, em Peniche, para libertar espaços, nos Paços do Concelho, que aguarda o parecer da Direção Geral do Património Cultural, só depois será presente na Câmara Municipal. Relativamente aos Planos de Regeneração Urbana, disse que a ARU não avançava, enquanto o Professor Jorge Carvalho não tiver disponibilidade para o fazer. Disse que o Plano de Regeneração Urbana, aos olhos do Município, podia ser trabalhado, se houvesse a possibilidade de ser feito por equipas internas, à procura de um programa de medidas, de apoios, sim, para além da ARU e do que estava já aprovado fazer. Sobre a ação social ser um relatório do que fazem, disse que foi um contributo daquela equipa, que tem muita experiência e que exagera um pouco, para procurar demonstrar aquilo que faz, na sua opinião, poderia ser mais objetivo, mas era aquele o retrato, era a perspetiva técnica e, em parte, política, respeitando muito a vontade dos técnicos, mas haviam coisas que não estavam suficientemente amadurecidas. Disse que a questão, das residências partilhadas, referida pelo senhor Vereador Rogério Cação, era para trabalhar. Relativamente aos lares noturnos, disse que não existia nada que a Câmara Municipal pudesse inventar, como serviço comunitário municipal, que houvesse oferta fora da Câmara. Disse que considerava que existiam bons serviços, prestados por entidades exteriores, nomeadamente a Cercipeniche e o Lar da Misericórdia. Disse que se tinha de aproveitar muito bem os recursos que existem, procurando desafiar e encontrar obter serviços que não existem, em número suficiente. Referiu que tinha uma grande preocupação, relativamente aos cuidados paliativos. Disse que a Câmara Municipal tinha a obrigação de reivindicar para criarem aquele serviço e entende como sendo prioridade, o acompanhamento a pessoas idosas sozinhas. Em relação à questão dos parques

infantis, disse que não foi devidamente esclarecido, qual era o seu propósito. Disse que o Parque Urbano iria ser reorganizado e reordenando, e um dos objetivos existente, para 2019, era a construção de um bom parque infantil, de um parque canil e de outras intervenções que estão pensadas. Referiu que estava previsto um parque infantil para o jardim principal, provavelmente com uma proposta, que será presente em reunião de Câmara, de reorganização daquele espaço. Agradeceu ao senhor Vereador Rogério Cação pelas palavras, em relação ao documento, independentemente das críticas que fez. Disse que, na sua opinião, deveriam simplificar, ter mais objetividade, achando que irão conseguir fazê-lo no próximo ano. Em relação ao Pavilhão Multiusos, se poderá estar a ser perspectivado em duas frentes, disse que não existia uma decisão final, e por isso podia estar em aberto, apoiar a solução apresentada pelos Bombeiros Voluntários, mas se a maioria entender que não, têm que manter uma outra solução. Disse, ainda, que existiu sempre a possibilidade, para a construção de um auditório municipal, com outras condições para todas as áreas da cultura. Disse que, no essencial, mesmo que possa não simpatizar com alguma observação, não estar de acordo com algumas das questões e a forma como as colocaram, e sabendo que não iria ser aprovado por unanimidade, na sua opinião, todos comungam das mesmas preocupações com o território, com a gestão municipal. Disse que todos tinham consciência das limitações financeiras. Disse que havia questões que não podiam ser abordadas com maior profundidade, por não haver conclusões, nem certezas. Referiu que no início do segundo ano, de quatro anos de mandato, deviam ser permitidas algumas clarificações, de qual vai ser o caminho, em relação a algumas das áreas. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que, na sua opinião, o documento das Grandes Opções do Plano não fazia nenhuma referência à Reserva da Biosfera da Berlenga, que deveria continuar a ser uma grande opção que o documento devia referir. -----

16) Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1343/2018: Após apreciação do assunto, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado proceder à votação dos documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019, na reunião extraordinária a realizar no dia 31 de outubro de 2018. -----

17) Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças:--

Deliberação n.º 1344/2018: Após apreciação do assunto, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado proceder à votação do Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2019, na reunião extraordinária a realizar no dia 31 de outubro de 2018. -----

18) Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1345/2018: Após apreciação do assunto, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado proceder à votação das Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019, na reunião extraordinária a realizar no dia 31 de outubro de 2018. -----

19) Documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1346/2018: Após apreciação do assunto, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado proceder à votação dos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019, na reunião extraordinária a realizar no dia 31 de outubro de 2018. -----

20) Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019

– *Pelouro das Finanças:* -----

Deliberação n.º 1347/2018: Após apreciação do assunto, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado proceder à votação do Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019, na reunião extraordinária a realizar no dia 31 de outubro de 2018.-----

CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:

21) Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano, referente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1348/2018: Deliberado solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização prévia para que, no ano de 2018, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam assumir os compromissos plurianuais identificados em orçamento, que constam em mapa que aqui se dá por reproduzido e de que se arquiva cópia em pasta anexa ao livro de atas, e autorização prévia genérica para que os mesmos serviços possam assumir outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano. -----

A deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, tomada em reunião de 22 de outubro de 2018, dá-se aqui por reproduzida e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.958 NIPG 16963/18)-----

FIXAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS:

22) Fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de recolha de resíduos sólidos urbanos, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças:-----

Deliberação n.º 1349/2018: Após apreciação do assunto, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado proceder à votação da proposta de fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de recolha de resíduos sólidos urbanos, para o ano de 2019, na reunião extraordinária a realizar no dia 31 de outubro de 2018. -----

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL:

23) Adesão do Município de Peniche às comemorações do Dia Mundial da Prematuridade 2018 – Pelouro da Solidariedade Social:-----

Deliberação n.º 1350/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da técnica Marta Miguel, datada de 17 de outubro de 2018, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a adesão do Município à celebração do Dia Mundial da Prematuridade.» (Doc.959 NIPG16855/18)-----

24) Agradecimento pelo apoio prestado, no âmbito da realização da iniciativa Um Dia Pela Vida! Olá Peniche 2018, apresentado pela Delegação de Peniche da Liga Portuguesa Contra O Cancro – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 1351/2018: Por proposta do senhor Presidente, datada de 17 de outubro de 2018, a Câmara Municipal tomou conhecimento do agradecimento pelo apoio prestado, no âmbito da

realização da iniciativa Um Dia Pela Vida! Olá Peniche 2018, apresentado pela Delegação de Peniche da Liga Portuguesa Contra O Cancro. -----

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS:

25) Licenciamento de festa religiosa com procissão, em honra de Santo Estêvão, e arraial ao ar livre, no Baleal, requerido pela Freguesia de Ferrel – Pelouro da Administração Geral: ----

Deliberação n.º 1352/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pela Junta de Freguesia de Ferrel, por requerimento, datado de 19 de outubro de 2018, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, da mesma data, proponho que se autorize a emissão de uma licença de recinto improvisado, nos termos dos artigos 3.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, para a realização da Festa Anual com baile, no Largo da Praça do Peixe, na Ilha do Baleal, nos dias 9 e 10 de novembro de 2018.» (Doc.960 NIPG 16668/18) -----

APOIOS DIVERSOS:

26) Atribuição de apoio à Academia de Música Estrela do Mar de Peniche, no âmbito de uma candidatura submetida para a tipologia de apoio à atividade pontual, para organização de uma visita de estudo a Milão - Pelouro do Associativismo: -----

Deliberação n.º 1353/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o relatório de avaliação elaborado pela Comissão de Avaliação, que junto se anexa, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo dos artigos 5º e 51º do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), conceda o apoio à Academia de Música Estrela do Mar de Peniche, mais concretamente, a isenção do pagamento da utilização do autocarro municipal para a organização da Visita de Estudo a Milão, que terá lugar nos dias 17 a 19 de dezembro, no âmbito de uma candidatura submetida por esta associação para apoio à atividade pontual, considerando-se que está devidamente justificado o carácter excecional da iniciativa a apoiar. A isenção do pagamento da utilização do autocarro deverá ter em conta a deliberação de Câmara n.º 625/2017, na sua última redação.» (Doc.961 NIPG 16944/18) -----

27) Atribuição de apoio ao atleta Tomás Santos Silvestre Nobre Coelho, para participação no Campeonato do Mundo de Badminton – Sub 19, no Canadá – Pelouro do Desporto: -----

Deliberação n.º 1354/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Dado o carácter excecional e extraordinário, da participação do atleta Tomás Santos Silvestre Nobre Coelho, no Campeonato do Mundo de Badminton - Sub 19, no Canadá, e dado não estarem definidos os critérios nacionais de participação pela respetiva Federação, proponho através do Pelouro do Desporto, que a Câmara Municipal de Peniche conceda ao atleta um apoio financeiro correspondente ao valor da viagem e da inscrição na prova, ou seja, 700,00 euros.» (Doc.962 NIPG 16789/18)-----

28) Apoio financeiro dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ao Centro Social do

Pessoal da Câmara Municipal de Peniche – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1355/2018: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que autorize o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, no ano 2019, até ao valor máximo de 37 500,00 euros, para cumprimento do estabelecido na alínea v) n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -

DIVERSOS:

29) Processo de instalação do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade – Fortaleza de Peniche – Pelouro da Cultura:-----

Deliberação n.º 1356/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da DAF – Cultura n.º 74/2018, de 23 de outubro, proponho que a Câmara Municipal tome conhecimento acerca do ponto de situação do processo de instalação do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade na Fortaleza de Peniche.» (Doc.963 NIPG 16943/18)

30) Energias renováveis – Berlenga – EDP – Energias de Portugal:-----

Deliberação n.º 1357/2018: Foi efetuada pela EDP – Energias de Portugal, na pessoa dos senhores, Pedro Vaz, Luís Ferreira e Cláudia Pinto, uma apresentação sobre a solução, legal e sustentável para a produção, distribuição e fornecimento de energia elétrica na ilha da Berlenga. O senhor **Presidente da Câmara** agradeceu ao senhor Dr. Luís Ferreira a forma objetiva e clara como colocou as questões. Disse que, na sua opinião, a reunião com a Entidade Reguladora da Saúde correu bem, devendo aguardar-se algum tempo para ver quais iriam ser os desenvolvimentos. Disse, ainda, que era inevitável que a situação seja resolvida o mais rápido possível, para além dos constrangimentos que possam haver, em termos de regulamentação, e que a EDP possa estar impedida de continuar a desempenhar, dentro da medida do possível, o fornecimento de energia na Ilha da Berlenga, mostrando disponibilidade. Disse que pretendia, para a ilha, uma solução ambientalista, ecológica e que não cause transtornos como têm acontecido. O senhor Vereador **Rogério Cação** agradeceu a apresentação efetuada. Disse que não gostava dos painéis fotovoltaicos, em cima das estruturas lá existentes e perguntou se não seria melhor optar pela energia eólica, por ser uma zona onde o vento não falta, ecologicamente era inquestionável e, eventualmente, seria menos agressiva. (NIPG 16898/18)-----

31) Nomeação do Vice-Presidente da Câmara:-----

Deliberação n.º 1358/2018: Por proposta verbal do senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho proferido pelo senhor Presidente da Câmara, em 25 de outubro de 2018, que designou o senhor Vereador Mark Paulo Rocha Ministro, como Vice-Presidente da Câmara Municipal de Peniche, com efeitos a partir do dia 1 de novembro de 2018. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 1359/2018: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo doze horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 14 de janeiro de 2019, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
